

AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIDADE SOBRE O MUNDO DO TRABALHO: UMA LIVRE INTERPRETAÇÃO DA OBRA DE SENNETT

Juarez Varallo Pont (*)

Resumo

O presente ensaio é uma breve e livre interpretação das conseqüências da modernidade sobre o mundo do trabalho, tendo por referência a obra de Richard Sennett, “*A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*”. Para além da referida obra, são agregadas interpretações de outros autores e nossas, acerca da modernidade, com especial ênfase ao novo capitalismo, na medida em que este se constitui em uma das suas dimensões mais características.

Assim como o faz Sennett, em nossa interpretação, na medida em que o novo capitalismo reconhece cada vez menos a centralidade do trabalho, e como o processo civilizatório se deu sobre trabalho digno e respeitado, não há como atribuir legitimidade, por mais hegemônico que se apresente, a um sistema que desconsidera tais condições.

Longe de pretendermos apontar soluções para esta questão, ao final deste trabalho apresentaremos algumas sugestões

(*)Servidor de carreira, ex-Diretor-Geral e atual Assessor de Economia e Estatística do TRT da 9ª Região. Economista pela PUC-RS, Especialista em Economia do Trabalho e Sociologia Política pela UFPR, Mestrando em Sociologia pela UFPR.

formuladas por teóricos da modernidade, as quais, se não têm caráter salvacionista, ao menos carregam a esperança de que há saídas para a convivência do indivíduo com a modernidade.

Palavras-chaves: modernidade, dimensões, globalização, capitalismo, sistema, mundo da vida, sujeito, racionalidade, metamorfoses, trabalho.

Abstract

The present essay is a brief and free interpretation of the consequences of the modernity on the labor's world, having as reference Richard Sennet's work "The corrosion of the character: personal consequences of the labor in the new capitalism". In addition to the Sennet's work, other authors' interpretation related to modernity and ours are added, with a special emphasis on the new capitalism, once it constitutes one of its most characteristic dimensions.

As does Sennett, in our interpretation, inasmuch as the new capitalism recognizes less and less the labor centralization, in addition to the fact that the civilizing process occurs over dignified and respected work, there is not ways to attribute legitimacy, no matter how equal it may be presented, to a system that does not take into account such conditions.

Far from pointing out solutions to this question, in the end of this essay we will present some suggestions created by theoreticians of modernity, which if not of salvation character, at least carry the hope that there are ways out for the individual and modernity to live together.

Keywords: modernity, dimensions, globalization, capitalism, system, life's world, subject, rationality, metamorphosis, labor.

Introdução

Este é um breve ensaio sobre a modernidade, mais especificamente sobre as conseqüências pessoais que o novo capitalismo, uma de suas dimensões mais características, determina sobre o mundo do trabalho.

Para Anthony Giddens, um dos traços marcantes da modernidade são os modos de vida que ela produz, e que nos desvencilham de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira sem precedentes. Essas transformações, em termos intencionais, provocam alterações nas mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana.¹

Para Jürgen Habermas, contudo, o que caracteriza o limiar entre a sociedade tradicional e a sociedade que entra no processo de modernização é o nível de desenvolvimento das forças produtivas, responsável pela ampliação permanente dos subsistemas do “agir racional-com-respeito-a-fins” – de que fala Weber – pondo em questão a forma, própria às culturas avançadas, de legitimar a dominação do mundo.²

Por sua vez, Zigmunt Bauman considera que o processo de “liquefação” dos antigos “sólidos”, vinculados a lealdades e direitos, que levou à progressiva libertação da economia de seus embaraços políticos, éticos e culturais é o traço mais característico da modernidade.³

1 Anthony Giddens. *As conseqüências da modernidade*, 1991.

2 Jürgen Habermas. *Técnica e ciência enquanto “ideologia”*, s/d.

3 Zigmunt Bauman. *Modernidade Líquida*, 2001.

⁴ Alain Touraine. *O que é democracia?*, 1996.

Segundo a interpretação de Alain Touraine, a lógica da racionalização econômica (instrumental) e a da defesa identitária se contradizem, e a consequência é a dilaceração do mundo social moderno. Não seria ousado acrescentar que essa dilaceração, para além do mundo social, atinge à subjetividade.⁴

Por fim, Richard Sennett sinaliza para o fato de que outra das características da modernidade é a emersão do capitalismo como sistema de produção hegemônico, que pelo ataque sistemático e orquestrado ao mundo do trabalho, interfere e altera o caráter dos indivíduos e a sua subjetividade. Analisar essa intervenção e tentar apreender seus efeitos é, portanto, a questão central a ser atacada no presente ensaio.⁵

1. Uma visão geral

4

5 Richard Sennet, *A corrosão do caráter: consequências pessoais do capitalismo sobre o trabalho*, 2005.

Sennett (op. cit.) afirma que capitalismo flexível descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Ao enfatizar a flexibilidade e atacar as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega, os difusores do capitalismo procuram construir a idéia de que esse novo mundo é melhor que o antigo, porquanto valoriza a iniciativa pessoal e o trabalhador empreendedor.

O que os arautos desse novo/velho sistema não revelam, mas que se mostra posteriormente perverso, é que para ingressar nesse novo mundo o trabalhador paga um preço elevado, pois dele se exige disposição para assumir riscos de forma contínua, o que se constitui em fonte de ansiedade, pois ele não sabe, *a priori*, quais riscos serão compensados, ao mesmo tempo em que deve abrir mão da proteção da lei e de outros procedimentos formais.

Hoje se usa a flexibilidade como outra forma de levantar a maldição da opressão do capitalismo. Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles em vez de abolir as regras do passado, mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível.

Mas para além desses aspectos, o que percebemos é que a flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, e o impacto sobre o caráter pessoal dos trabalhadores, braçais ou intelectuais, é o seu lado mais perverso. Mas os seus efeitos vão mais além, na medida em que dissolvem laços de comunidade, rompem os elos da solidariedade, ao mesmo tempo em que buscam a construção de um “nós” fictício, através do trabalho em equipe.

Recorremos aqui à análise sistêmica elaborada por Habermas (op. cit.), para identificamos a ocorrência de um desacoplamento entre sistema e mundo da vida. O primeiro, representando o modo de produção capitalista, legitima o quadro institucional vinculado ao sistema do trabalho social, porquanto o quadro institucional da sociedade é imediatamente econômico. Em relação ao mundo da vida, que é, a princípio, coexistente com um sistema social pouco diferenciado, e onde se processam as relações sociais mais estáveis e se valorizam princípios como lealdade e ética, o que percebemos é que ele vai sendo progressivamente degradado à mera condição de subsistema do primeiro. Nesse processo, os mecanismos sistêmicos se desligam cada vez mais das estruturas sociais através das quais se realiza a integração social.

Essa superioridade do novo modo de produção capitalista sobre os modos de produção do passado, ao mesmo tempo em que propicia a instalação de um mecanismo econômico que garanta, no longo prazo, a propagação dos subsistemas do “agir-racional-com-respeito-a-fins”, de que fala Weber, assegura a legitimação econômica, em nome da qual o sistema de dominação se adapta a novas exigências de racionalização, no sentido em que o termo é empregado por Weber.

Desta forma, e com alguma dose de boa-vontade, podemos concluir que o desacoplamento que se verifica entre sistema e mundo da vida acarreta as mesmas conseqüências verificadas quando a integração sistêmica ataca as formas de integração social. Naquelas condições, o que sob aspectos sistêmicos se apresenta como uma integração da sociedade no nível de uma reprodução material ampliada é, de fato, a reprodução de mecanismos de exploração e dominação ou, em outras palavras, a tentativa de

legitimar a questão da repartição desigual dos bens e da fortuna entre os homens, como nos mostra Weber.

Retornando a Sennet (op. cit.), o autor nos lembra que antigos não tinham dúvida sobre o significado de “caráter”: para eles é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. Horácio já descrevia que o caráter de alguém depende de suas ligações com o mundo. O termo caráter concentra-se, sobretudo, no aspecto de longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas de longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Mas como decidir o que tem valor duradouro para nós em uma sociedade impaciente, que se concentra no imediato? Como se pode manter lealdade e compromisso mútuos em instituições que se desfazem ou se reprojeta continuamente? Estas são questões sobre o caráter que são impostas pelo novo capitalismo flexível.

2. O capitalismo flexível e a ausência de referências

Sennet procura mostrar que mesmo trabalhadores pouco qualificados, vivendo em um tempo “previsível”, tinham seu emprego protegido pelo sindicato, sabiam exatamente quando iam aposentar-se e qual o pecúlio que teriam. Tinham, enfim, conquistado uma nítida história de si mesmos; suas vidas faziam sentido para eles, ainda que numa narrativa linear. Tornaram-se os autores de suas vidas e, embora inferiores na escala social, essa narrativa lhes dava um senso de respeito próprio.

Em contrapartida, os trabalhadores do capitalismo flexível rejeitam aquele antigo estilo “conformista” e protegido pela armadura da burocracia. A escola lhes prepara para freqüentes

mudanças e trocas de emprego, e eles fazem isso, pois acreditam em se manter abertos a mudanças e a correr riscos.

Mas para eles nem sempre essa é uma história com final feliz, pois por mais que tenham prosperado, muitas vezes receiam estar a ponto de perder o controle de suas vidas. Assim, o trabalhador “engajado” no novo sistema tenta encontrar, através das comunicações em rede, o senso de comunidade que os trabalhadores de um passado não tão remoto encontravam numa prosaica reunião de sindicato.

Zygmunt Bauman ao recorrer aos conceitos de “fluidez” ou “liquidez”, que ele considera como metáforas adequadas para tentar captar a natureza da presente fase “nova” da modernidade, nos provoca perguntando se a modernidade não foi um processo de “liquefação” desde o começo? Não foi o “derretimento dos sólidos” seu maior passatempo e principal realização? Em outras palavras, a modernidade não foi “fluida” desde sua concepção?

Em resposta à indagação que ele mesmo formula, o autor entende que essas e outras objeções semelhantes são justificadas, e o serão ainda mais se lembrarmos que a famosa frase sobre “derreter os sólidos”, quando cunhada há mais de um século e meio por Marx e Engels, referia-se, precisamente, ao tratamento que o autoconfiante e exuberante espírito moderno dava à sociedade, que considerava estagnada demais para seu gosto e resistente demais para mudar e amoldar-se a suas ambições – porque congelada em seus caminhos habituais.

Se o “espírito” era “moderno”, ele o era na medida em que estava determinado que a realidade deveria ser emancipada da “mão morta” de sua própria história – e isso só pode ser feito

derretendo os sólidos, ou seja, dissolvendo tudo o que persistisse no tempo e fosse infenso à sua passagem ou imune a seu fluxo. Essa intenção clamava, por sua vez, pela “profanação do sagrado”: pelo repúdio e destronamento do passado e, antes e acima de tudo, da “tradição” – isto é, o sedimento ou resíduo do passado no presente; clamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem a “liquefação” (Bauman, 2001, p. 9).

Bauman nos lembra, entretanto, que tudo isso foi feito não para acabar de vez com os sólidos e construir um admirável mundo novo livre deles para sempre, mas para limpar a área para *novos e aperfeiçoados sólidos*; para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável.

Numa leitura do *Ancien Règime* de Tocqueville, podemos nos questionar até que ponto os “sólidos encontrados” não teriam sido desprezados, condenados e destinados à liquefação por já estarem enferrujados, esfarelados, rotos; por não mais inspirarem confiança? Os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em adiantado estado de desintegração; e um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo de produzir sólidos duradouros, em cuja solidez se pudesse confiar, o que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável.

Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas. Para poder construir uma nova ordem, verdadeiramente sólida, era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores. “Derreter

os sólidos”, naquele contexto, significava eliminar as obrigações que impediam a via do cálculo racional dos efeitos; ou como diria Weber, libertar a empresa dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama das obrigações éticas; ou, como preferiria Thomas Carlyle, dentre os vários laços subjacentes às responsabilidades humanas mútuas, deixar restar somente o “nexo dinheiro”.

Assim, essa forma de “derreter os sólidos” deixou toda a complexa rede de relações sociais no ar – nua, desprotegida, desarmada e exposta, impotente para resistir às regras de ação e aos critérios de racionalidade inspirados pelos negócios, quanto mais para competir com eles.

Foi esse desvio fatal que deixou o campo aberto para a invasão e dominação da racionalidade instrumental, como diria Weber, ou, na formulação de Marx, para o papel determinante da economia: agora a “base” da vida social outorga a todos os outros domínios o estatuto da “superestrutura” – isto é, um artefato da base, cuja única função é auxiliar sua operação suave e contínua. O derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais, sedimentando uma nova ordem, definida prioritariamente pelo econômico. Essa nova ordem deveria ser mais “sólida” que as ordens que substituía, porque diferentemente delas, deveria ser imune a desafios por qualquer ação que não fosse econômica.

Não se trata, entretanto, de uma colonização da ordem econômica, reeducando e convertendo aos seus fins o restante da vida social. Essa ordem veio a dominar a totalidade da vida humana porque o que quer que tenha acontecido nessa vida tornou-se

irrelevante e ineficaz diante da sua implacável e contínua reprodução.

Esse estágio na carreira da modernidade foi bem descrito por Claus Offe quando afirma que por mais livres e voláteis que sejam os subsistemas dessa ordem, isoladamente ou em conjunto, o modo como são entretecidos “é rígido, fatal e desprovido de qualquer liberdade de escolha” ⁶. A ordem das coisas como um todo não está aberta a opções; está longe de ser claro como uma opção ostensivamente viável poderia ser real no caso pouco provável de a vida social ser capaz de concebê-la e gestá-la. Entre a ordem como um todo e cada uma das agências, veículos e estratégias da ação proposital há uma clivagem – uma brecha que se amplia perpetuamente, sem ponte à vista.

Bauman ainda argumenta que ao contrário da maioria dos cenários anormais, este efeito, contudo, não foi alcançado através de ditadura, opressão ou escravatura; nem através da “colonização” da esfera privada pelo “sistema”. Ao contrário: a situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e agir. Talvez a visão europeia que Bauman tem da modernidade o tenha privado de um maior contato com a realidade da periferia mundial. Nestas franjas do mundo ocidental, a colonização e, mais tarde, a ditadura, foram os artefatos usais no processo de “liquefação” das estruturas “envelhecidas” que necessitavam ser derrubadas para dar lugar à “liberdade” prometida pela nova ordem.

De toda forma, a desregulamentação, a liberalização, a flexibilização, a fluidez crescente, o descontrole dos mercados

⁶ Claus Offe, *A utopia da opção zero*, 1987.

financeiros, imobiliário e de trabalho, tornando mais leve o peso dos impostos, e desconstituindo o arcabouço normativo que assegura direitos e prerrogativas individuais e coletivas, devem ser estimulados para que não se contraponham aos direitos “corporativos”.

O que está acontecendo hoje é, portanto, uma redistribuição e realocação dos “poderes de derretimento” da modernidade. Primeiro, eles afetaram as instituições existentes, as molduras que circunscreviam o domínio das ações-escolhas possíveis, como os estamentos hereditários com sua alocação por atribuição, sem chance de apelação. Configurações, padrões de dependência e interação, tudo isso foi posto a derreter no cadinho, para depois ser novamente moldado e refeito; essa foi a fase de “quebrar a forma” na história da modernidade inerentemente transgressiva, rompedora de fronteiras e capaz de tudo desmoronar. Quanto aos indivíduos, passaram a ser confrontados por padrões e figurações que, ainda que “novas e aperfeiçoadas”, eram tão duras e indomáveis como sempre.

No campo econômico, onde essas alterações determinadas pela “liquefação dos sólidos” são mais sentidas, a “modernidade líquida”, dentre outras características, se identifica com a disputa entre a velocidade com que o capital pode se mover e a incapacidade dos poderes locais de resistirem a esta movimentação; e são as instituições locais que com mais frequência se lançam numa batalha que não podem vencer. Ao contrário, mesmo um governo dedicado ao bem-estar de seus cidadãos tem pouca escolha, além de implorar e adular; e não pode forçar o capital a vir e, uma vez dentro, a construir edifícios para seus escritórios em vez de ficar em quartos de hotel alugados por um dia.

E isto será feito com o intuito de “criar melhores

condições para a livre empresa”, o que implica em ajustar o jogo político às regras da “livre empresa” – ou seja, usando todo o poder regulador à disposição do governo a serviço da desregulação, do desmantelamento e destruição das leis e estatutos restritivos às empresas, de modo a dar credibilidade e poder de persuasão à promessa do governo de que seus poderes reguladores não serão utilizados para restringir as liberdades do capital.

Ademais, busca o governo persuadir o capital de que o território politicamente administrado por ele é mais hospitaleiro que as terras administradas pelos vizinhos próximos, evitando qualquer movimento que possa dar a impressão de que seja hostil com os usos, expectativas e todas as realizações futuras do capital que pensa e age globalmente. E acrescenta, Bauman:

Na prática, isso significa baixos impostos, menos regras e, acima de tudo, “um mercado de trabalho flexível”. Em termos mais gerais, significa uma população dócil, incapaz ou não-desejosa de oferecer resistência organizada a qualquer tipo de decisão que o capital venha a tomar. Paradoxalmente, os governos podem ter a esperança de manter o capital em seu lugar apenas se o convencerem de que está livre para ir embora – com ou sem aviso prévio.⁷

Não surpreende, pois, que hoje o principal compromisso do capital seja com os consumidores, e só nessa esfera se pode falar de “dependência mútua”. O capital depende, para sua competitividade, eficácia e lucratividade, dos consumidores. De tal forma que no planejamento e na preparação do deslocamento do capital, a presença de força de trabalho é apenas uma consideração secundária, o que implica na drástica redução do “poder de

7 Zigmunt Bauman,(op. cit.), pp. 172/173.

pressão” de uma força de trabalho local sobre o capital, em questões como condições de emprego e disponibilidade de postos de trabalho.

Neste sentido, as interpretações de Sennett acerca de um futuro não promissor para o trabalhado no novo capitalismo são infelizmente válidas, tanto quanto o são as considerações de Castells acerca da nova divisão internacional do trabalho, onde as jurisdições territoriais cada vez mais perdem importância, em detrimento de um complexo padrão de redes interligadas.

O sinal mais tangível dessa mudança talvez seja o lema: “Não há longo prazo”. No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está morrendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. O lema “não há longo prazo” está alterando o próprio sentido do trabalho: empregos estão sendo substituídos por “projetos” e “campos de trabalho”.

O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, a tal ponto que o empresário de Schumpeter aparece como o “Homem Comum ideal”. Nesse contexto, talvez a corrosão do caráter seja uma consequência inevitável.

3. A rotina no novo capitalismo

A sociedade moderna está em revolta contra o tempo rotineiro, burocrático, que pode paralisar o trabalho, o governo e outras instituições. Mas a partir do momento em que a revolta

contra a rotina for vitoriosa, o que fazer de nós mesmos?

Na aurora do capitalismo industrial não era tão evidente assim que a rotina fosse um mal. Em meados do século dezoito, Diderot, em sua grande *Enciclopédia*, publicada de 1751 a 1772, descreveu o lado positivo da rotina; o lado negativo do tempo de trabalho regular foi retratado de forma dramática em *A riqueza das nações*, por Adam Smith, em 1776. Diderot acreditava que a rotina no trabalho podia ser igual a qualquer outra forma de aprendizado por repetição, um professor necessário; Smith pensava que a rotina embotava o espírito. Para Diderot era falsa a idéia de que a rotina embota ou que o trabalho rotineiro fosse degradante; ao contrário, via nele práticas que geravam narrativas, à medida que as regras e ritmos do trabalho evoluíam aos poucos. Acreditava que a rotina poderia estar em constante evolução, à medida que os trabalhadores aprendiam como manipular e alterar cada estágio do processo de trabalho.

É curioso que um refinado pensador do século dezoito, acostumados aos mais finos salões de Paris, pareça hoje mais um defensor da dignidade do trabalho comum do que muitos que falaram em nome do povo. Seu grande herdeiro moderno, o sociólogo Anthony Giddens, tentou manter viva a intuição de Diderot ao indicar o valor básico do hábito nas práticas sociais e no auto-entendimento; só testamos nossas alternativas em relação aos hábitos que já dominamos. Imaginar uma vida de impulsos momentâneos, de ação de curto prazo, despida de rotinas sustentáveis, uma vida sem hábitos, é imaginar na verdade uma existência irracional.

Para Adam Smith, essas imagens de ordeira evolução, fraternidade e serenidade representam um sonho impossível. A

rotina embrutece o espírito. A rotina, pelo menos como organizada no capitalismo emergente que ele via, parecia negar qualquer relação entre o trabalho comum e o papel positivo da repetição na criação do produto. Mas Smith tinha plena consciência do lado negro do mercado, que ele percebia ao considerar a organização da rotina no tempo nessa nova ordem econômica. A rotina pode degradar, mas também pode proteger; pode decompor o trabalho, mas também compor uma vida.

É por isso que o velho debate entre Denis Diderot e Adam Smith permanece intensamente vivo. Hoje estamos numa linha divisória na questão da rotina. A nova linguagem da flexibilidade sugere que a rotina está morrendo nos setores dinâmicos da economia. Contudo, o que se observa é que maior parte da mão-de-obra permanece inscrita no círculo do fordismo. Entretanto, se estamos dispostos a encarar a rotina como inerentemente degradante, atacaremos a natureza mesma do próprio processo do trabalho. Detestaremos a rotina e sua mãe, a mão morta da burocracia. Podemos ser levados pelo espírito prático de responsividade, produtividade e lucro do mercado. Para tal não precisamos ser apenas capitalistas gananciosos. Como herdeiros de Adam Smith muitos podem acreditar que as pessoas são estimuladas pelas experiências mais flexíveis, no trabalho como em outras instituições. Podemos até acreditar na virtude da espontaneidade. Mas uma questão se coloca: a flexibilidade, com todos os riscos e incertezas que implica, remediará de fato o mal humano que ataca? Poderá fazer um ser humano mais engajado?

4. Flexibilidade como característica da modernidade

Flexibilidade que na língua inglesa no século quinze procurava identificar o movimento da árvore, que embora se

dobrasse ao vento, seus galhos sempre retornavam à posição normal. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas.

Em nossa época, a nova economia trai um desejo pessoal de liberdade. A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertem.

A pedra angular da prática administrativa moderna é a crença em que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva que as hierarquias piramidais, como as que governavam a era fordista. A junção entre os nódulos na rede é mais frouxa; pode-se eliminar uma parte, em teoria, sem destruir outras. O sistema é fragmentado; aí está a oportunidade de intervir. Sua própria incoerência, porém, convida nossas revisões.

Técnicas específicas, “reengenharias” que visam a reinventar instituições estão bastante resolvidas, mas o fato mais conhecido na adoção dessas práticas é a redução de empregos, mesmo sob o discurso de que “reengenharia significa fazer mais com *menos*”. Essa declaração sugere eficiência, mas a sensação de eficiência é enganosa. A mudança irreversível se dá precisamente porque a reengenharia pode ser um processo caótico. Com efeito, o novo regime atacou os males da rotina em nome da produtividade, mas estudos realizados na década de 90 mostram que empresas que se empenharam em repetidas reduções produziram “lucros mais baixos e declínio na produtividade do trabalhador”. Os motivos

desse fracasso são evidentes por si mesmos: o moral e a motivação dos trabalhadores caíram acentuadamente nos vários arrochos de redução. Os trabalhadores sobreviventes ficaram mais à espera do próximo golpe do machado que exultantes com a vitória competitiva sobre os demitidos.

Ineficiência ou desorganização não significam, porém, que não há sentido na prática da mudança aguda, demolidora. Essas organizações avisam que a mudança é para valer e, como sabemos, os preços das ações de instituições em processo de reorganização muitas vezes sobem, como se qualquer mudança fosse melhor que permanecer como antes.

Assim, seduzidas pelo lucro, mesmo organizações perfeitamente viáveis são estripadas, empregados capazes ficam à deriva, em vez de serem recompensados, pelo simples fato de que a organização deve provar ao mercado que pode mudar. Mas há motivos mais fundamentais por trás do moderno capitalismo para buscar a mudança decisiva, irreversível, por mais desorganizada ou improdutiva que seja, e que produz uma segunda característica dos regimes flexíveis.

Em termos simples, especialização flexível é a tentativa de colocar, cada vez de forma mais rápida, produtos mais variados no mercado. Especialização flexível é, pois, a antítese do sistema de produção incorporado no fordismo, que enfatiza a importância da inovação em resposta à demanda de mercado, mudando-se as tarefas semanais, e às vezes até diárias, que os operários têm de cumprir, como ocorre na indústria automobilística.

Haverá limites para até onde as pessoas são obrigadas a dobrar-se? Pode o governo dar às pessoas alguma coisa semelhante à

força tênsil de uma árvore, para que os indivíduos não se partam sob a força da mudança?

Há, ainda, uma terceira característica no regime flexível. As mudanças nas redes, mercados e produção que ele utiliza permitem o que parece ser uma contradição: a concentração de poder sem centralização de poder. Certamente que essa é uma afirmação falsa, pois as técnicas empregadas para desmontar os velhos colossos burocráticos estão muito mais próximas das redes de que fala Castells,⁸ do que da ilusão de que as pessoas situadas nas categorias inferiores dessas organizações tenham mais controle sobre suas atividades.

5. Uma dimensão Ilegível

O lado surpreendente deste novo capitalismo é que em empreendimentos de menor complexidade, verifica-se um verdadeiro mosaico étnico onde, não raro, indivíduos negros podem assumir posições gerenciais, impensáveis há algum tempo atrás.

A visão marxista tradicional da consciência de classe se baseia no processo de trabalho, especificamente em como os trabalhadores se relacionam uns com os outros através do seu trabalho. Este caldeirão de etnias, gêneros e raças dificulta a interpretação da nova realidade social sob a ética antiga. O paradoxal neste momento é que mesmo em locais de trabalho *high-tech*, flexíveis, com facilidades para manuseio de equipamentos, os empregados se sentem pessoalmente degradados pela maneira como trabalham. Operacionalmente tudo é muito claro; emocionalmente, muito ilegível.

8 Manuel Castells. *Sociedade em Rede*, 2003.

Segundo antigas idéias de classe marxistas, os próprios trabalhadores deviam ser alienados por esta tarefa de qualificação; deviam ficar furiosos com as condições assombrosas do local de trabalho. Essa clareza era o que Marx queria dizer com alienação, a infeliz consciência dissociada, que revela, no entanto, as coisas como elas são e onde está a pessoa.

Mas o censo de percepção é cada vez mais raro. A indiferença é o sentimento mais característico, talvez porque tanto faz trabalhar em uma padaria, sapataria, gráfica, todos têm as qualificações, que a rigor, implicam apenas em apertar botões. As pessoas cada vez mais se identificam menos com seu trabalho. Se Bill Gates não é muito apegado a produtos específicos, o que se esperar dessa nova geração, indiferente a trabalhos específicos

A flexibilidade cria distinção entre superfície e profundidade; aqueles que são objetos menos poderosos da flexibilidade são obrigados a permanecer na superfície. Da mesma maneira, as pessoas podem sofrer de superficialidade para tentar ler o mundo em torno delas e a si mesmas.

As imagens de uma sociedade sem classes, com uma maneira comum de falar, vestir e ver, também podem esconder diferenças mais profundas; numa determinada superfície, todos parecem estar num plano igual, mas abrir a superfície pode exigir um código que as pessoas não têm. E se o que elas sabem sobre si mesmas é fácil e imediato, talvez não seja suficiente.

6. O risco como condição inerente à modernidade

Nesse mundo “moderno”, pessoas de meia-idade são

tratadas como madeira morta e sua experiência acumulada é pouco valorizada. Tudo se concentra no imediato, o que está para acontecer, o que virá além da curva.

“Mudança”, “oportunidade”, “novo”, tudo soa vazio para os que não estão acostumados com um mundo fluído e superficial. O fracasso diante dessa realidade ilustra algumas confusões gerais sobre a orientação das pessoas num mundo flexível.

Correr riscos pode ser, em determinadas circunstâncias, um teste de alta carga de caráter. Quando Schumpeter evoca a criação destrutiva praticada pelo empresário, descreve o espírito de risco que está imbricado nessa ação: os seres humanos excepcionais vivem no limite. Os traços de caráter evidenciados em Davos, abrir mão do passado e habitar a desordem, são também formas de viver no limite.

A disposição de arriscar, contudo, não mais deve ser domínio apenas de capitalistas de riscos ou de aventureiros. O risco também passa a ser exigido das massas. A própria instabilidade impõe aos trabalhadores a necessidade de correr riscos com seu trabalho.

A dimensão sociológica da exposição ao risco está no modo de como as instituições moldam os esforços dos indivíduos para mudarem suas vidas. As instituições modernas não são elas próprias rígidas e claramente definidas; a incerteza delas resulta de atacar a rotina, embora enfatizando atividades de curto prazo, pela criação de redes amorfas, altamente complexas, em lugar de burocracias. O risco ocorre numa sociedade que busca desregular o tempo e o espaço.

No capitalismo flexível, a desorientação envolvida no marchar para a incerteza, para buracos estruturais se dá por “mudanças laterais ambíguas”, por “perdas retrospectivas” ou resultados salariais improváveis.

As primeiras são mudanças em que pessoas na verdade se mexem para o lado, embora acreditando em que estão subindo na rede frouxa. Esse movimento de caranguejo, como afirma Manuel Castells (op. cit.), ocorre mesmo que as rendas se tornem mais polarizadas e desiguais; as categorias de emprego se tornem mais amorfas.

Como as pessoas que arriscam fazendo mudanças nas organizações flexíveis muitas vezes têm pouca informação concreta sobre o que implicará uma nova posição, só em retrospecto compreendem que tomaram más decisões; não teriam corrido o risco se soubessem. Mas como as organizações se encontram em permanente estado de fluxo interno, é inútil alguém tentar tomar decisões racionais sobre seu futuro com base na atual estrutura de sua empresa.

O cálculo obstinado que as pessoas fazem ao mudar-se é se vão ganhar mais dinheiro. No entanto, as estatísticas sobre os salários da mudança na atual economia são desencorajadoras. Por esses motivos, a mobilidade ocupacional nas sociedades contemporâneas é muitas vezes um processo ilegível. A flexibilidade, assim, acentua a desigualdade, pelo mercado em que o vencedor leva tudo.

A nova ordem não leva em conta que a simples passagem do tempo necessário para acumular aptidões dá a uma pessoa posição e direitos – valor no sentido material; encara as afirmações

baseadas na passagem do tempo como representando mais uma fase do mal do velho sistema burocrático, em que os direitos de antiguidade paralisavam as instituições. O regime concentra-se na capacidade imediata.

As superficialidades da sociedade moderna são mais degradantes que as superfícies e máscaras da arte. Um dos motivos dessa superficialidade degradante é a desorganização do tempo. A seta do tempo se partiu; não tem trajetória numa economia política continuamente replanejada, que detesta a rotina, e de curto prazo.

7. Ética do trabalho e modernidade

A ética do trabalho é a arena em que mais se contesta hoje a profundidade da experiência. A ética do trabalho, como comumente a entendemos, afirma o uso auto-disciplinado de nosso tempo e o valor da satisfação adiada. Mas ela depende em parte de instituições suficientemente estáveis para que se possa praticar o adiamento. A satisfação adiada perde seu valor, porém, num regime cujas instituições mudam rapidamente; torna-se absurdo trabalhar arduamente por muito tempo e para um patrão que só pensa em vender o negócio e subir.

Antes, a sociedade da boa velha ética do trabalho impunha pesados fardos ao **eu** trabalhador, que tentava provar seu valor pelo trabalho; em forma de “ascetismo leigo”, como diria Weber, o adiamento da satisfação podia tornar-se uma prática profundamente auto-destrutiva.⁹

A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho em equipe. Celebra a sensibilidade dos outros; exige “aptidões

⁹ Max Weber. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, 2004.

delicadas”, como ser bom ouvinte e cooperativo; acima de tudo, o trabalho em equipe enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias. O trabalho da equipe é a ética do trabalho que serve a uma economia flexível.

Apesar de todo arquejar psicológico da administração moderna sobre o trabalho de equipe no escritório e na fábrica, é o “ethos” de trabalho que permanece na superfície da experiência. O trabalho de equipe é a prática de grupo da superficialidade degradante.

Esse é o terror que se esconde por trás do conceito abstrato de “ascetismo leigo”. Na opinião de Weber (op. cit.), a maior disposição de poupar do que de gastar passou do protestante para o capitalista como um ato de autodisciplina e autonegação. Essa mesma passagem deu origem a um novo tipo de caráter. É o homem motivado, decidido a provar seu valor moral pelo trabalho.

Mas esse jogo de poder sem autoridade na verdade gera um novo tipo de caráter. Em lugar do homem motivado, surge o homem irônico. Uma visão irônica de si mesmo é a consequência de viver no tempo flexível, sem padrões de autoridade e responsabilidade, e para Richard Rorty,¹⁰ nenhuma sociedade pode manter-se pela ironia.

O “ethos” do trabalho de equipe, com suas suspensões e ironias internas, leva-nos para muito longe do universo moral do camponês determinado e heróico de Virgílio. E as relações de poder contidas na equipe de trabalho, o poder exercido sem reivindicações de autoridade, está muito distante da ética de responsabilidade própria que caracterizava a velha ética do

10 Richard Rorty. *Contingência, Ironia e Solidariedade*, 1989, pp. 73-74.

trabalho, com seu ascetismo leigo, de uma seriedade mortal. A clássica ética do trabalho de adiar satisfação e provar-se pelo trabalho árduo dificilmente pode exigir nossa afeição. Mas tampouco o pode o trabalho em equipe, com suas ficções e fingimentos de comunidade.

8. Fracasso: o novo tabu moderno

O medo do fracasso é o novo tabu moderno. Inúmeras “receitas” são encontradas na literatura barata de auto-ajuda de como vencer, mas são raras as que lidam com o fracasso. Aceitá-lo, dar-lhe forma e lugar na história de nossas vidas pode ser uma obsessão (nossa) raramente discutida com os outros.

Entretanto, a novidade, não necessariamente boa, é que o fracasso não é mais a perspectiva exclusiva dos muitos pobres e sem privilégios. Tornou-se comum nas vidas da classe média, na medida em que a dimensão decrescente da elite torna mais fugidia a realização de ascensão social.

Um mercado em que o vencedor leva tudo é uma estrutura competitiva que predispõe ao fracasso inclusive pessoas educadas, atingidas pelas reduções e “reengenharias”, que nos primórdios do capitalismo ficavam quase restritas às classes trabalhadoras.

Walter Lippmann,¹¹ ao analisar o processo migratório nos Estados Unidos, perguntava-se o que orientava aquelas pessoas, separadas de sua terra, e que agora tentavam criar uma nova narrativa de suas vidas? Para Lipmann, era o exercício de uma carreira, pois não fazer do próprio trabalho uma carreira, por mais modesto que fosse o conteúdo ou o salário, era deixar-se cair preso

11 Walter Lippmann. *Deriva e controle*, 1914, pp. 196, 211.

do senso de incompetência. Carreira aqui significando uma “estrada bem-feita”.

Mas hoje, pode-se praticar esse remédio para o fracasso no capitalismo flexível? Embora carreira possa ser sinônimo de profissão liberal, um de seus elementos – a posse da qualificação – não se limita ao reino profissional liberal ou mesmo burocrático.

Edward Thompson ¹² observa que no século XIX mesmo os trabalhadores menos favorecidos, com maus empregos, desempregados ou simplesmente sobrevivendo de emprego em emprego, tentavam definir-se como tecelões, metalúrgicos ou camponeses.

O *status* do trabalho resulta de ser mais do que apenas “duas mãos”; mesmo os trabalhadores braçais buscavam-no usando palavras como “carreira”, “profissão” e “arte” de uma forma muito mais ampla. O desejo de tal *status*, segundo o historiador Olivier Zunz, ¹³ era igualmente forte entre empregados da classe média das novas empresas.

O desejo de *status* ou de uma carreira não é, portanto, novo. Tampouco o é o senso de que carreira, mais do que empregos, desenvolve nosso caráter. No uso que é dado por Weber, o termo *beruf*, equivalente em alemão de “carreira”, também acentua a importância do trabalho como narrativa e o desenvolvimento de caráter só possível pelo esforço organizado, de longo prazo.

Mas a crença na carreira será uma receita viável hoje em

12 Edward Thompson. *The Making of de English Working Class*, 1978.

13 Olivier Zunz. *Making América Corporate*, 1990.

dia? Em particular, será um remédio para o fracasso que consiste na falta de objetivo, em não unificar nossa vida?

Pode-se dizer, enfim, que homens que enfrentaram o fracasso no passado, elucidaram os valores de suas carreiras, mas não encontraram meios de ir em frente. No presente flexível e fragmentado, talvez seja possível criar narrativas previsíveis sobre o que será.

O regime flexível parece gerar uma estrutura de caráter permanentemente “em recuperação”. Embora devamos admirar a força individual, o voltar-se para dentro de si próprios, para as relações íntimas, mostra os limites da coerência que alcançaram. Exige-se um senso de maior comunidade, um senso de pleno caráter, do crescente número de pessoas que, no capitalismo moderno, estão condenadas a fracassar.

9. Uma conclusão possível

Sennet (op. cit., 1999) afirma que as propostas práticas mais convincentes que ouviu para enfrentar os problemas do novo capitalismo concentram-se nos lugares onde ele opera. As empresas modernas gostam de apresentar-se como libertadas das exigências de lugar; uma fábrica no México, um escritório em Bombaim, um centro de comunicações na baixa Manhattan – aparecem como meros nódulos na rede global. Hoje, localidades, cidades ou países receiam que, se exercerem sua soberania, impondo impostos ou restringindo as demissões sumárias, possam perder as empresas para outros locais.

Mas já há sinais de que a economia não é tão indiferente à localização quanto se supunha. Como observa o economista Saskia

Sassen,¹⁴ a economia global flutua no espaço cósmico. Mesmo nos mercados de mão-de-obra mais flexíveis do globo, o sudeste asiático, está se tornando claro que as geografias sociais e culturais locais contam muito para determinadas decisões de investimentos. O lugar tem poder, e a nova economia pode ser restringida por ele.

Uma das conseqüências não pretendidas do capitalismo moderno é que fortaleceu o valor do lugar, despertou o anseio de comunidade. Todas as condições emocionais estudadas no local de trabalho animam esse desejo; as incertezas da flexibilidade; a ausência de confiança e compromisso com raízes fundas; a superficialidade do trabalho em equipe; acima de tudo, o espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo, de não “arranjarmos um galho” com o nosso trabalho. Todas essas condições levam as pessoas a buscar outra cena de ligação e profundidade.

Pode-se dizer que o capitalismo foi sempre assim. Mas não do mesmo jeito. A indiferença do antigo capitalismo ligado à classe era cruamente material; a indiferença que se irradia do capitalismo flexível é mais pessoal, porque o próprio sistema é menos cruamente esboçado, menos legível na forma. Mesmo os trabalhadores braçais ou pouco qualificados tinham imagens claras, verdadeiras ou falsas, de seus amigos e inimigos. O velho hábito do marxismo era tratar a confusão como uma espécie de falsa consciência; em nossas circunstâncias, é um reflexo exato da realidade. A falta de responsividade é uma reação lógica ao sentimento de que não somos necessários. Isso se aplica tanto às comunidades de trabalho quanto aos mercados de mão-de-obra que demitem trabalhadores de meia-idade. As redes e equipes enfraquecem o caráter – o caráter como Horácio o descreveu pela

14 Saskia Sassen. *The Global City*, 1990.

primeira vez, como a ligação com o mundo, como ser necessário aos outros.

Esse é o problema do caráter no capitalismo moderno. Há história, mas não narrativa partilhada de dificuldades e, portanto, tampouco destino partilhado. Nessas condições, o caráter se corrói e a pergunta “Quem precisa de mim?” não tem resposta imediata.

Sennet (op. cit.) quando esteve em Davos ouvindo os governantes do reino flexível, percebeu que também para eles, “nós” é um pronome perigoso. Eles habitam confortavelmente a desordem econômica, mas temem o confronto organizado. Temem, claro, o ressurgimento dos sindicatos, mas ficam aguda e pessoalmente desconfortáveis, evitando olhar nos olhos, ou retirando-se para trás de anotações, se obrigados a discutir as pessoas, que em seu jargão, foram “deixadas para trás”. Sabem que a grande maioria dos que mourejam no regime flexível é deixada para trás e, claro, lamentam isso. Mas a flexibilidade que festejam não dá, não pode dar, qualquer orientação para a conduta de uma vida comum. Os novos senhores rejeitaram carreiras no velho sentido inglês da palavra, estradas pelas quais as pessoas podem viajar; os caminhos de ações duráveis e constantes são territórios estrangeiros.

De nossa parte e, independentemente das interpretações particulares de cada um dos autores com quem procuramos dialogar neste ensaio, percebemos a existência de uma “consciência coletiva” que se revela preocupada – e, por vezes, temerosa – sobre os efeitos, ou melhor, as conseqüências da modernidade.

Essa preocupação está vinculada à prevalência crescente da racionalidade instrumental (sistêmica) sobre as manifestações

ligadas aos indivíduos, ou ao “mundo da vida”, como adverte Habermas (op. cit).

Por sua vez, Giddens (op. cit.), ao concluir que a modernidade é inerentemente globalizante, aponta para as conseqüências desestabilizadoras deste fenômeno, na medida em que elas se combinam com a circularidade de seu caráter reflexivo, formando um universo de eventos onde o risco e o acaso assumem um novo caráter.

As conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo, ou como este corrói o caráter das pessoas, mesmo aquelas engajadas no sistema, têm sido a preocupação maior de Sennett (op. cit.). Por tal razão, ele questiona a legitimidade de um regime que esquece que o processo civilizatório se deu sobre trabalho digno e respeitado, e que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem-se uns aos outros.

Por outro lado, a liquefação dos elementos sólidos do ordenamento jurídico, da ética e da cultura, que presidiam a pré-modernidade, e a sua substituição por outros elementos, cuja fluidez, paradoxalmente, garante a administração do futuro, é a marca mais contundente da modernidade, que Bauman (op. cit.) chama de “líquida”.

Também as constantes violações dos espaços antes claramente delimitados em favor do indivíduo, do sujeito e do ator, e hoje afetados pela nova face da modernidade, se constituem na tese - e na denúncia - central de Touraine¹⁵. O autor, ao analisar os efeitos da modernidade, critica o racionalismo da sociedade industrial na medida em que este estaria levando a um

15 Alain Touraine, *A crítica da modernidade*, s/d.

totalitarismo político e/ou econômico, independentemente de tratar-se de regime capitalista ou socialista, como já se posicionaram a esse respeito, e bem antes, os teóricos da Escola de Frankfurt.

Assim, Touraine (op. cit.) vai nos dizer que a imagem mais visível da modernidade em nossos dias é a do vazio de uma economia fluida, de um poder sem centro e de uma sociedade sem atores.

Mas é um Touraine esperançoso que conclui: “É este trabalho infundável, mas gratificante, de construção de uma nova vida, como uma obra de arte feita de materiais disparatados, que define melhor o sujeito”.

Contudo, essa mudança, essa evolução para novas formas de gerenciamento e produção em rede, como alerta Castells (op. cit.), não implica no fim do capitalismo. “A sociedade em rede, em suas várias expressões institucionais, por enquanto é uma sociedade capitalista. Ademais, pela primeira vez na história, o modo capitalista de produção dá forma às relações sociais em todo o planeta. Mas esse tipo de capitalismo é profundamente diferente de seus precedentes históricos”.¹⁶

Caberia, ainda, recorrer às interpretações de Karl Polanyi, que embora não discorra sobre modernidade, propriamente dito, nos traz ensinamentos preciosos sobre a construção da sociedade, hoje sob ataque sistêmico da modernidade.

A descoberta da sociedade é, portanto, o final ou o renascimento da liberdade. Enquanto o fascista se resigna a abandonar a liberdade e glorifica o poder que é a liberdade da sociedade, o socialista se resigna a essa

¹⁶ Manuel Castells. (op. cit.), p. 567.

realidade e mantém a exigência da liberdade, a despeito dessa realidade. O homem amadurece e é capaz de existir como ser humano numa sociedade complexa. Para citar mais uma vez as inspiradas palavras de Robert Owen: “Se quaisquer causas do mal são irremovíveis pelos novos poderes que os homens estão a ponto de adquirir, eles saberão que esses males são necessários e inevitáveis, e deixarão de fazer reclamações infantis e desnecessárias”.¹⁷

A resignação sempre foi a fonte da força do homem e de suas esperanças renovadas, e o homem aceitou a realidade da morte e construiu o sentido da sua vida física com base nela, e sobre isto fundamentou a sua liberdade, ainda nos diz um Polanyi também esperançoso no ser humano, porquanto acredita que este, tal qual uma fênix, da resignação final fará ressurgir a vida, pois é essa aceitação sem queixas da realidade da sociedade, que dá ao homem uma coragem indômita e forças para afastar as injustiças e a falta da liberdade que podem ser eliminadas.

E conclui, Polanyi:

Enquanto ele se conservar fiel à sua tarefa de criar uma liberdade mais ampla para todos, ele não precisa temer que o poder ou o planejamento se voltem contra ele e que destruam, através da sua instrumentalidade, a liberdade que ele está construindo. Este é o significado da liberdade numa sociedade complexa, e ele nos dá toda a certeza de que precisamos.¹⁸

Finalmente, lembrando os teóricos da Escola de Frankfurt,

17 Karl Polanyi. *A grande transformação: as origens da nossa época*, p. 300.

18 Karl Polanyi. (op.cit.), p. 301.

quando a razão instrumental serve de instrumento para a barbárie, utilizando-se para tanto da racionalidade técnica, estamos diante do “desencantamento do mundo”. Os horrores da guerra foram a base material sobre a qual se construiu tal interpretação. Se hoje não vivemos sobre o horror da guerra, não estamos imunes ao horror econômico, dissimulado através de uma propaganda eficiente que não se cansa de exaltar as qualidades da modernidade. Por tal razão é que devemos ter presentes os ensinamentos de Horkheimer e Adorno¹⁹: “Até mesmo a propaganda da liberdade pode engendrar confusão, na medida em que deve necessariamente nivelar a diferença entre a teoria e os interesses particulares daqueles a quem se destina”.

Por isso mesmo, a razão é o único instrumento de que dispomos para contrapor essa racionalidade técnica, que se assenta em uma racionalidade instrumental, cuja estratégia é uma propaganda que manipula as vontades. Abdicar da razão implica em aceitar a barbárie econômica imposta pelo novo capitalismo, mas também implica aceitar um fundamentalismo religioso, que em nome de uma retomada de valores extirpados pela modernidade, promove um novo tipo de barbárie, cujo alvo é a subjetividade. Lutar contra as conseqüências da modernidade, sem rejeitá-la, é a árdua tarefa imposta a todos aqueles que ainda acreditam que a razão deve ser a única arma a ser empunhada.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra,

¹⁹ Max Horkheimer & Theodor Adorno. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, pp. 238/239.

1999.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Accion Comunicativa. Tomo II, Crítica de la razón funcionalista*. Espanha: Taurus Ediciones, s/d.

_____. *Técnica e ciência enquanto “ideologia”* (mimeo), s/d.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LIPMANN, Walter. *Deriva e controle*. Nova York: Mitchell Kennerly, 1914.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RORTY, Richard. *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge, R. U.: Cambridge University Press, 1989.

SASSEN, Saskia. *The Global City*, Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1990.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

THOMPSON, Edward. *The Making of de English Working Class*. Nova York: Vintage 1978.

TOURAINE, Alain. *O que é democracia?*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Crítica da modernidade. Terceira Parte: Nascimento do Sujeito*. Capítulo I: O Sujeito (mimeo), s/d.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZUNZ, Olivier. *Making América Corporate*. Nova York: Oxford University Press, 1990.